

2 - OUT 1991

DF

Cauma reage ao projeto de lei com cautela

Os membros do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) estão reagindo com cautela ao projeto de lei do deputado distrital Carlos Alberto Torres (PCB), que reduz os poderes do órgão. O secretário de Desenvolvimento Urbano, Newton de Castro, disse que era um direito do deputado legislar, mas evitou fazer maiores comentários sem ler o projeto.

A iniciativa de Carlos Alberto foi anunciada na edição de sexta-feira do **CORREIO BRAZILIENSE**. O projeto dispõe sobre a obrigatoriedade da autorização da Câmara Legislativa para alterações nos códigos de edificações, no zoneamento e na destinação das terras públicas do DF. Na justificativa, o deputado afirmou que "erroneamente, o Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) vem legislando sobre questões que exigiam, pela abrangência e importância para a população do DF, apreciação prévia da Câmara Legislativa".

Abertura — Outro membro do Cauma, a arquiteta Alda Rabelo, acha que só as matérias que possuem um conteúdo político mais relevante devem tramitar pela Câmara Legislativa. Ela defende a manutenção das atribuições do órgão. "Se não houvesse o Cauma, Brasília poderia estar hoje com problemas típicos de uma grande metrópole, como São Paulo".

Alda lembra que há membros no Conselho que se empenham na defesa das idéias de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, principalmente no controle do cresci-

mento da cidade. Ela lamenta, porém, que o Cauma não tenha conseguido conter os adensamentos nos assentamentos. A arquiteta define o Conselho como um órgão de assessoramento do governador para questões técnicas, que não poderiam ser tratadas com a devida precisão pela Câmara Legislativa.

Na visão de Alda, o Cauma poderia ter a ampliação da representação de órgãos técnicos ligados à Arquitetura e Urbanismo, como o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). O IAB participava há alguns anos das reuniões do Cauma, mas retirou-se abruptamente na gestão do ex-secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães.

Proteção — Segundo um dos membros do Cauma, Gilberto Amaral, "o deputado Carlos Alberto está, como se diz lá em Minas, passando o carro na frente dos bois, pois desde a criação do Conselho, em março de 1961, sua estrutura nunca permitiu e nem pensou em legislar sobre problemas de Brasília, mas somente policiar, ordenar e proteger a paisagem urbana da cidade".

Ainda de acordo com Gilberto Amaral, o próprio governador Joaquim Roriz, presidente do Cauma, tem chamado a atenção dos conselheiros nos mais variados processos de que eles não devem jamais legislar, por ser competência exclusiva da Câmara Legislativa. Ele conclui dizendo que o "Cauma continuará fazendo seu papel de proteger Brasília, jamais legislar".